



SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

HABEAS CORPUS Nº 639226 - SP (2021/0005777-4)

RELATOR : **MINISTRO SEBASTIÃO REIS JÚNIOR**
IMPETRANTE : MARCIO ARAUJO NEVES
ADVOGADO : MARCIO ARAUJO NEVES - SP352616
IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
PACIENTE : SCHINAYDER SILVA DANTAS CARDOSO (PRESO)
OUTRO NOME : SCHINAYDER SILVA CARDOSO
CORRÉU : DOUGLAS ALVES DE SOUZA
INTERES. : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO

DECISÃO

Cuida-se de *habeas corpus* com pedido de liminar impetrado em favor de SCHINAYDER SILVA DANTAS CARDOSO em que se aponta como autoridade coatora o TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO.

O paciente foi condenado às penas de 6 anos de reclusão em regime inicial fechado, de 2 meses de detenção em regime inicial semiaberto, de 600 dias-multa, mínimos, por incurso nas penas do art. 33, *caput*, c/c o art. 40, incisos III e VI, ambos da Lei n. 11.343/2006 e art. 329, *caput*, na forma do art. 69, ambos do Código Penal.

O impetrante sustenta que, inconformado com a sentença penal condenatória, a defesa interpôs recurso de apelação, que foi recebida pelo Tribunal de Justiça Estadual na data de 16 de outubro de 2019, ou seja, há um ano e dois meses.

Informa que, até a presente data, não ocorreu o julgamento da apelação, na qual o paciente pleiteia a absolvição e subsidiariamente o reconhecimento do tráfico privilegiado, haja vista tratar-se de réu primário.

Alega que, em caso de reforma da sentença penal condenatória, na pior das hipóteses, caso seja reconhecido o privilégio, o paciente teria cumprido sua pena integralmente, restando evidente a demora na formação da culpa.

Requer, liminarmente e no mérito, a liberdade provisória do paciente para que possa aguardar o julgamento do recurso livre.

É, no essencial, o relatório. Decido.

Em juízo de cognição sumária, verifica-se que inexistente flagrante ilegalidade que justifique o deferimento do pleito liminar em regime de plantão, haja vista que da análise das informações prestadas, em princípio, não se evidencia o excesso de prazo na segregação apontado pelo impetrante.

Ademais, considerando que o pedido se confunde com o próprio mérito da impetração, deve-se reservar ao órgão competente a análise mais aprofundada da matéria por ocasião do julgamento definitivo.

Ante o exposto, indefiro o pedido de liminar.

Dê-se vista ao Ministério Público Federal.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 18 de janeiro de 2021.

JORGE MUSSI

Vice-Presidente, no exercício da Presidência